

Fernanda Sola

DIREITO DAS ÁGUAS NA AMAZÔNIA

Curitiba
Juruá Editora
2015

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

ISBN: 978-85-362-5002-1

JURUA
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

S684 Sola, Fernanda.
Direito das águas na Amazônia./ Fernanda Sola./
Curitiba: Juruá, 2015.
238p.

1. Amazônia – Proteção ambiental. 2. Direito ambiental. 3. Recursos hídricos. I. Título.

CDD 342 (22.ed.)

CDU 347.79 (81)

000099

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	21
INTRODUÇÃO	27
Capítulo I – ASPECTOS CONCEITUAIS E AS QUESTÕES AMBIENTAIS RELEVANTES RELACIONADAS À ÁGUA NA BACIA AMAZÔNICA	31
1.1 Introdução.....	31
1.2 Bacia Amazônica.....	32
1.3 Origem da Bacia	32
1.4 Áreas Alagáveis.....	35
1.5 Hidrologia.....	37
1.6 Águas Subterrâneas	39
1.7 Região Hidrográfica Amazônica: Contexto Nacional	39
1.7.1 Amazônia Legal	41
1.7.1.1 Macrorregiões.....	44
1.7.2 Principais Usos dos Recursos Hídricos na Região	49
1.8 Bacia Amazônica Continental	56
1.8.1 Bacia Amazônica boliviana.....	58
1.8.2 Bacia Amazônica colombiana	59
1.8.3 Bacia Amazônica equatoriana	60
1.8.4 Bacia Amazônica guianesa.....	61
1.8.5 Bacia Amazônica peruana	62
1.8.6 Bacia Amazônica surinamesa.....	64
1.8.7 Bacia Amazônica venezuelana	64
1.9 Rios e Bacias Internacionais.....	65
1.10 Recursos Compartilhados e Água como Bem de Uso Comum.....	68
1.11 Síntese.....	70
Capítulo II – O DIREITO BRASILEIRO DOS RECURSOS HÍDRICOS	73
2.1 Introdução.....	73

2.2	Breve Histórico do Domínio dos Recursos Hídricos no Brasil.....	74
2.3	Constituição Federal de 1988	83
2.4	Regime Infraconstitucional.....	86
2.4.1	Lei 9.433/97: Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH e Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH	88
2.4.2	Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH.....	89
2.4.3	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH.....	90
2.4.4	A Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços (CTGRH)	93
2.4.4.1	Estrutura da Câmara Técnica de Gerenciamento de Recursos Hídricos Transfronteiriços – CTGRHT.....	94
2.4.4.2	Ações da câmara técnica de gerenciamento de recursos hídricos transfronteiriços.....	95
2.5	Agência Nacional de Águas.....	98
2.6	Instrumentos de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos Transfronteiriços	100
2.6.1	Plano Nacional de Recursos Hídricos.....	102
2.7	Política de Governo para a Região Amazônica	109
2.8	Síntese.....	110
Capítulo III – DIREITO INTERNACIONAL AMBIENTAL DOS RECURSOS HÍDRICOS.....		113
3.1	Introdução.....	113
3.2	Direito Internacional Ambiental: as Conferências de Estocolmo e do Rio.....	114
3.2.1	Fontes de direito internacional	115
3.2.1.1	Convenções	119
3.2.1.2	Costumes	120
3.2.1.3	Princípios gerais de direito	123
3.2.1.4	Jurisprudência.....	125
3.2.1.5	Doutrina.....	125
3.2.2	Princípios de direito internacional ambiental	126
3.2.2.1	Princípio da soberania permanente sobre os recursos naturais	126
3.2.2.2	Princípio do desenvolvimento sustentável.....	128
3.2.2.3	Princípio da proibição de causar dano em território de outros estados	130

3.2.2.4	Princípio da precaução	132
3.2.2.5	Princípio da prevenção	133
3.2.2.6	Princípio do poluidor pagador	134
3.2.2.7	Obrigatoriedade de avaliação de impacto ambiental	135
3.2.2.8	Dever de notificação prévia.....	136
3.2.3	Utilização dos rios internacionais.....	138
3.2.3.1	Declaração de Dublin sobre água e desenvolvimento sustentável.....	143
3.2.3.2	Convenção das nações unidas sobre o direito relativo à utilização dos cursos de água para fins diversos dos de navegação: convenção de Nova York de 1997	144
3.2.3.3	Regras de Helsinque.....	146
3.2.3.4	Regras de Berlim.....	148
3.2.4	Responsabilidade Internacional.....	150
3.1.5	Direito ambiental como direitos humanos e proteção internacional – sistema interamericano	152
3.3	Síntese.....	154

Capítulo IV – DIREITO INTERNACIONAL REGIONAL AMAZÔNICO

	AMAZÔNICO	157
4.1	Introdução.....	157
4.2	Antecedentes do Tratado de Cooperação Amazônica.....	158
4.2.1	Pacto Andino e o Tratado de Cooperação Amazônica	164
4.2.2	Tratado da Bacia do Prata e o Tratado de Cooperação Amazônica.....	164
4.3	O Tratado de Cooperação Amazônica	166
4.3.1	Reunião de ministros de relações exteriores dos países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica.....	173
4.3.2	Conselho de Cooperação Amazônica.....	177
4.3.3	Comissões Nacionais Permanentes	178
4.3.4	Comissões Especiais.....	178
4.3.5	Secretaria Permanente	179
4.4	Cooperação Internacional e Acordos da OTCA	183
4.4.1	UNCTAD	183
4.4.2	CIC	184
4.4.3	CAN	185
4.4.4	COICA	187

4.4.5	OEA e GEF	188
4.4.6	OPAS.....	193
4.4.7	BID.....	193
4.5	Conflitos na Bacia Amazônica e Funções do Direito	194
4.6	Síntese.....	204
CONCLUSÃO		207
REFERÊNCIAS		213
ÍNDICE ALFABÉTICO		225

Lista de Figuras

Figura 1 –	Comparação entre Bacia Amazônica e Amazônia Legal Brasileira.....	42
Figura 2 –	Extensão da Bacia Continental na América do Sul.....	57

Lista de Tabelas

Tabela 1 –	Principais Usos de Recursos Hídricos na Região Hidrográfica Amazônica	51
Tabela 2 –	Em Relação aos Estados da Amazônia Legal	54
Tabela 3 –	Dados do Orçamento Anual para Manutenção da OTCA de Acordo com o Documento Administração e Finanças da Organização	182

Lista de Gráficos

Gráfico 1 –	Usinas Localizadas em Divisas Consideradas em um Estado.....	54
-------------	--	----

Lista de Quadros

Quadro 1 –	Leis Estaduais em Ordem Crescente até a Edição do Governo Federal das Leis 9.433/97, que Instituiu a PNRH, e Criou o SINGREH	86
Quadro 2 –	Estrutura dos Programas de Desenvolvimento da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos no Brasil	104